

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, Dr. Pedro Coelho,

Exmo. Senhor Presidente da Mesa Coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, Dr. José Medeiros,

Exma. Senhora Diretora Regional da Autoridade Tributária da Região Autónoma da Madeira, Dra. Lina Camacho,

Exmo. Senhor Presidente da Direção Regional do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, Dr. Nuno Borges,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Esta conferência, [em que participo em representação do Senhor Presidente do Governo], sobre o **“Regime Fiscal próprio para a Região Autónoma da Madeira”**, e cuja organização saúdo e felicito, representa para o Governo Regional mais um valioso contributo para uma causa que nos é muito cara.

O trabalho já realizado neste âmbito, bem como o trabalho ainda por realizar, beneficiará certamente das reflexões que aqui vão ter lugar e do envolvimento de todos numa matéria que é determinante para o progresso e para o bem-estar que todos desejamos para a nossa Região.

...

A Região Autónoma da Madeira é um território insular, de pequena dimensão e ultraperiférica, fatores que condicionam, em muito, o nosso desenvolvimento.

O regime autonómico ofereceu vantagens que a Região nunca teria obtido sem a ação dos seus órgãos de governo próprio que mitigaram estes nossos condicionalismos.

Atualmente, contudo, e mais do que nunca, o nosso desenvolvimento, económico e social, depende da nossa capacidade de gerar receitas próprias, que garantam um nível de despesas e de investimento público compatível com as nossas atuais necessidades, enquanto Sociedade moderna.

Tenho como ponto assente que só teremos uma economia forte e sólida, capaz de gerar riqueza e de criar emprego, se conseguirmos montar um sistema fiscal competitivo e estável do ponto de vista legislativo, que seja suficientemente atrativo para captar empresas de fora da Região.

O nosso mercado e os nossos recursos são demasiado escassos, e as condicionantes mais do que muitas, para que tenhamos a veleidade de prescindirmos desta estratégia de captação de riqueza vinda do exterior.

Por conseguinte, só lograremos combater os nossos constrangimentos através da criação de uma atratividade fiscal diferenciada, que funcione como verdadeiro catalisador do investimento e sem o qual, por mais que se prossiga uma efetiva política de disciplina orçamental, não se obterá resultados verdadeiramente palpáveis.

Neste enquadramento, o Governo Regional assumiu desenvolver iniciativas conducentes a uma maior autonomia fiscal, assumindo a consagração política e legislativa de um modelo de Sistema Fiscal Próprio, competitivo e adequado à realidade regional.

Um quadro fiscal atrativo que permita assegurar os recursos necessários ao bem-estar e qualidade de vida da população, sem com isso onerar os contribuintes da Região.

Como é sabido, o Centro Internacional de Negócios da Madeira tem vindo a desempenhar este papel de captação de recursos financeiros do exterior e constitui atualmente um instrumento fundamental de arrecadação de receita fiscal, contribuindo para que a dependência de transferências, quer do Orçamento do Estado [242M€], quer da União Europeia [199M€], seja cada vez menos relevante [15% e 12% da receita total, face aos 11% do CINM].

Segundo dados validados pela Autoridade Tributária, em 2015 a Zona Franca da Madeira gerou mais de 151 milhões de euros de receita fiscal, o equivalente a 17% de toda a receita fiscal da Região.

Em 2016, este contributo deverá ter crescido para 20% [190M€], bem elucidativo da sua importância na captação de receitas, que, como sabemos, quase não corresponde a um esforço fiscal dos contribuintes da Região.

Quero aqui introduzir um parêntesis para referir que é muito graças a estas receitas que a Região tem vindo a reduzir a sua dívida, diminuindo assim a fatura com juros e com isso libertando recursos para a devolução de rendimentos às famílias, que iniciámos em 2016 e continuámos em 2017.

Mas apesar de ser um instrumento estratégico e decisivo para a Região, é bem sabido que o Centro Internacional de Negócios da Madeira tem sido pouco defendido em Portugal, sendo, ao invés, constantemente atacado a nível nacional com projeção internacional, através de iniciativas vergonhosas impulsionadas por Portugueses, como voltámos a constatar ainda há muito pouco tempo.

Efetivamente, enquanto a generalidade dos Países da Europa, mais ricos do que nós, como o Luxemburgo, a Holanda ou a Áustria, só para falar dar três exemplos, defendem as suas Praças com “unhas e dentes”, alguns políticos Portugueses elegeram a Zona Franca da Madeira como um “alvo a abater”.

Talvez por aqui se explique a razão pela qual Portugal seja hoje um dos Países da cauda da Europa, de onde as grandes empresas fugiram “como o Diabo da Cruz” para pagar menos impostos.

E a pergunta que se impõe é para onde foram essas empresas, para pagar menos impostos? Pois bem, a resposta correta é que a maior parte delas foram para a Holanda, esse País pobre do Sul da Europa [abstémio e puritano].

Infelizmente, temos fundamentalistas a mais no nosso País, que tudo farão para destruir o Centro Internacional de Negócios da Madeira, o que, a acontecer, só beneficiará ainda mais os países mais ricos da Europa, tornando-os mais ainda mais ricos à custa do nosso empobrecimento.

É por isso que este é o momento certo para aprofundarmos a discussão sobre a existência de um Sistema Fiscal Próprio, que nos conduza, a prazo, para uma solução que nos torne mais imunes aos ataques a que estamos sistematicamente sujeitos.

Neste âmbito, a **primeira questão** que se coloca é se alguma vez nos deixarão ir tão longe, já que esta é uma matéria da competência da Assembleia da República.

A esta pergunta respondo, com toda a frontalidade, que será muito difícil obtermos a autorização do Parlamento nacional, já que Portugal é, por natureza, um país centralista, onde a generalidade dos políticos convivem muito mal com as Autonomias **e, sobretudo, com o sucesso das Autonomias.**

Mas isso não nos deve deter; antes pelo contrário, deve incentivar-nos a sermos mais assertivos nas nossas propostas e na nossa argumentação.

A revisão do Estatuto Político-Administrativo, atualmente em curso, é uma excelente oportunidade para alargarmos os limites da nossa Autonomia; uma oportunidade que não podemos perder, e que nos dará a resposta à pergunta que formulei sobre se nos deixarão ir tão longe quanto nos propomos ir.

A **segunda questão** que se coloca é como podemos passar do sistema atual para um Sistema Fiscal Próprio, mantendo, a todo o tempo, um nível mínimo de receitas que nos permita fazer face a todas as nossas responsabilidades.

Para esta pergunta tenho de admitir que ainda não tenho a resposta, mas tenho a esperança de que neste e noutros debates e até em trabalhos que vão ser desenvolvidos encontremos essa resposta. Temos, pois, de trabalhar a estes dois níveis – de enquadramento legislativo e de modelização do Sistema Fiscal Próprio -, para que este processo seja uma realidade.

Não sendo otimista por natureza, o facto de termos alcançado, por mais de uma vez nestes últimos anos, com trabalho e persistência, o que muitos consideravam impossível, leva-me a acreditar, sem demagogia, que este caminho é possível.

Esta Conferência que hoje aqui ocorre, trará, certamente, contributos para o muito que há a fazer nesta matéria.

Parabéns, por isso, por esta Vossa iniciativa e pelos 40 anos do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos.

Muito obrigado.

O Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, 31 de março de 2017